

Acordo de Cooperação Técnica - SEI Nº XXXXXXXX

Processo nº XXXXXXXXXXXXX

Unidade Gestora: XXXXX

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA -
SEI QUE ENTRE SI CELEBRAM
A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS
HOSPITALARES E A SEENTRE AS
PARTÍCIPES.

A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.126.437/0001-43, com sede na SCS-Quadra 09, Lote C, Ed. Pq. Cidade Corporate, doravante denominada SEDE, neste ato representada por seu Presidente, Senhor ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS, matrícula n.º [inserir], portaria/ato de nomeação n.º [inserir], e por seu Diretor de Tecnologia da Informação, Senhor(a) GILIATE CARDOSO COELHO NETO, matrícula n.º [inserir], portaria/ato de nomeação n.º [inserir], e a XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXX, com sede na Av [inserir] CEP[inserir], neste ato representada por seu Presidente Senhor XXXX, matrícula n.º [inserir], portaria/ato de nomeação n.º [inserir], ambas denominadas em conjunto como Partícipes.

RESOLVEM celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, doravante denominado ACT.

Este Acordo de Cooperação Técnica é celebrado em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que estabelece normas jurídicas para as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, bem como aos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, visando assegurar a transparência, eficiência e legalidade das atividades aqui pactuadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a parceria voluntária em regime de mútua cooperação, sem transferência de recursos financeiros, com o objetivo de possibilitar a participação da XXXXXXXXXXXX na Comunidade do AGHU, como Membro Gestor, nos termos do Edital de Chamamento Público n.º 02/2024, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho em anexo.

2. CLAUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes seguirão o plano de trabalho, em anexo, que independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo de Cooperação, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

3.1. Para a consecução do objeto do presente Acordo, os Partícipes se comprometem a alocar, dentro de suas possibilidades, recursos humanos e materiais, à disposição do presente Acordo, desde que envolvidos em projetos conjuntos, mediante prévio entendimento, respeitados seus regulamentos e, desde que deste fato não decorra solução de continuidade na execução de suas atividades específicas.

3.2. São responsabilidades de ambos os partícipes:

- 3.2.1. executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- 3.2.2. designar, no plano de trabalho, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;
- 3.2.3. responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;
- 3.2.4. analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado;
- 3.2.5. cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- 3.2.6. realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- 3.2.7. permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;
- 3.2.8. fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- 3.2.9. manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
- 3.2.10. observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo; e
- 3.2.11. obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EBSERH

4.1. São obrigações exclusivas da Ebserh:

- 4.1.1. Publicar normativos com as regras gerais para o desenvolvimento colaborativo do AGHU;
- 4.1.2. Manter o sítio da Comunidade do AGHU;
- 4.1.3. Garantir acesso seguro ao sítio da Comunidade do AGHU aos membros da Comunidade;
- 4.1.4. Publicar a versão mais atualizada do AGHU no sítio da Comunidade;
- 4.1.5. Manter atualizadas as documentações relativas à instalação e implantação do AGHU;
- 4.1.6. Elaborar e publicar respostas às dúvidas mais frequentes apresentadas pelos membros da Comunidade; e
- 4.1.7. Realizar eventos periódicos entre os membros da Comunidade.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA REDE XXXXXXXX

5.1. São obrigações exclusivas da XXXXXXXX:

- 5.1.1. Desenvolver melhorias e novas funcionalidades do AGHU de acordo com as regras gerais estabelecidas pela Ebserh;
- 5.1.2. Responsabilizar-se pela instalação, implantação, execução e suporte do AGHU em seus estabelecimentos de saúde próprios ou contratados;
- 5.1.3. Responsabilizar-se pelos compromissos assumidos juntos a outras instituições para instalação, implantação, execução e suporte do AGHU nos estabelecimentos indicados pela instituição.
- 5.1.4. Manter atualizadas as informações cadastrais de seus representantes, autoridades e/ou equipes;
- 5.1.5. Manter as condições de recursos humanos, infraestrutura de TI e/ou outros requisitos que possibilitaram atender as exigências, durante toda a vigência da utilização do AGHU e/ou do Acordo de Cooperação Técnica;
- 5.1.6. Atualizar as condições de recursos humanos, Infraestrutura de TI e outros requisitos de acordo com as exigências das versões futuras do AGHU;
- 5.1.7. Acolher pedidos de visita e apoio de outras instituições que tem interesse em conhecer o AGHU e participar da comunidade;
- 5.1.8. Divulgar e disseminar o AGHU no SUS;
- 5.1.9. Participar de eventos da Comunidade AGHU;
- 5.1.10. Disponibilizar os módulos acessórios e módulos complementares ao AGHU, desenvolvidos localmente, na Vitrine Tecnológica do AGHU;
- 5.1.11. Enviar os dados relativos ao uso do AGHU nos termos estabelecidos pela Ebserh;
- 5.1.12. Não repassar os arquivos e/ou código fonte do AGHU para instituições não participantes da Comunidade do AGHU, salvo sob expressa autorização da Ebserh;
- 5.1.13. Garantir que serão adotadas todas as medidas necessárias para a proteção dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis armazenados nas bases locais do AGHU, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações), da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), da Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh e das demais normas aplicáveis;
- 5.1.14. Respeitar e garantir, dentro dos limites de sua atuação, a proteção dos direitos de propriedade intelectual do Ministério da Educação e da Ebserh em relação ao AGHU, abstendo-se de qualquer ato que possa constituir violação ou uso não autorizado desses direitos;
- 5.1.15. Conhecer a metodologia de desenvolvimento da Ebserh e segui-la nos desenvolvimentos efetuados; e
- 5.1.16. Conhecer os princípios, valores éticos e normas estabelecidas pelo Código de Ética e Conduta da Ebserh e observar a Política de Segurança da Informação da Ebserh.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

- 6.1. Cada partícipe designará no plano de trabalho, preferencialmente servidores públicos envolvidos e responsáveis para gerenciar a parceria, zelar por seu fiel cumprimento, coordenar, organizar, articular, acompanhar monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste, os quais serão cadastrados diretamente no Sítio da Comunidade do AGHU.

Subcláusula primeira. Competirá aos designados a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

Subcláusula segunda. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

7.1. O presente Acordo de Cooperação não implica no repasse de recursos financeiros entre as Partícipes. Estas deverão prever na sua programação orçamentária anual os recursos necessários para a execução das atividades inerentes ao presente Acordo.

Subcláusula primeira. Fica desde já estabelecido que caso algum projeto ou programa, decorrente do presente Acordo de Cooperação, necessite do repasse de recursos entre as Partícipes, este só poderá ser efetuado através da celebração de novo Instrumento específico, sob as normas e legislações vigentes.

Subcláusula segunda. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

8.1. Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

Subcláusula primeira. As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

9. CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E VIGÊNCIA

9.1. O presente Acordo terá vigência de 60 (sessenta) meses a partir da data de sua última assinatura [eletrônica, se for o caso], salvo se rescindido antecipadamente.

9.2. Este Acordo poderá ser prorrogado, a critério dos partícipes, por Termo Aditivo, desde que tal interesse seja manifestado por escrito, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência do instrumento original.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO E DOS ADITAMENTOS

10.1. As Partícipes, de comum acordo, poderão realizar termos aditivos para a inclusão de novas cláusulas e condições, desde que não envolva modificação do objeto pactuado, inclusão de partícipes ou desvio de finalidade.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

11.1. Os membros da Comunidade do AGHU deverão preservar o nome e a logo do AGHU, podendo ser acrescido nome e logo específicos definidos pela instituição nos espaços próprios.

11.2. O escopo da parceria a ser firmada não inclui qualquer tipo de equipamento ou licença de softwares de terceiros eventualmente necessários à utilização do AGHU.

11.3. Em nenhum caso a Ebserh deverá ser responsabilizada por danos pessoais, institucionais ou qualquer prejuízo incidental, especial, indireto ou consequente, incluindo, sem limitação, prejuízos por corrupção ou perda de dados, exposição indevida de informações, falha de transmissão ou recepção de dados, não continuidade do negócio ou

qualquer outro prejuízo, decorrentes ou relacionados ao seu uso ou sua inabilidade em usar o sistema cujo acesso é ora temporariamente permitido ou por qualquer outro motivo.

11.4. As instituições participantes devem realizar todos os procedimentos necessários para garantir o sigilo e privacidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis sob sua custódia, inclusive nos casos em que houver terceirização do suporte ao AGHU, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações), da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), da Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh e das demais normas aplicáveis.

11.5. O AGHU é um software público cuja propriedade intelectual é do Ministério da Educação e da Ebserh, independente das modificações realizadas no sistema pelos parceiros e membros da Comunidade. A propriedade intelectual do AGHU abrange o Núcleo do AGHU.

11.6. Em caso de desenvolvimento de sistemas complementares e/ou derivados pelos participantes no âmbito da Comunidade do AGHU que optem pela modalidade Tipo 2, os códigos-fontes e demais informações técnicas serão obrigatoriamente compartilhadas com a Ebserh e com os outros membros da Comunidade do AGHU.

11.7. Os sistemas desenvolvidos conforme o item anterior, deverão conter uma sessão referenciando que se trata de sistema complementar ao AGHU bem como referência aos Partícipes e ao presente Acordo.

11.8. O reconhecimento de autoria sobre o AGHU será concedido a todas as pessoas físicas vinculadas às instituições participantes que comprovarem participação no desenvolvimento do sistema, de acordo com normativo específico a ser publicado pela Ebserh.

11.9. No caso de litígios ou divergências oriundas do presente Edital de Chamamento Público, no tocante à execução, os partícipes envidarão os seus esforços no sentido de dirimir inicialmente pela via amigável.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXPLORAÇÃO DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS

12.1. A exploração dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do presente Acordo, patenteáveis ou não, somente poderá ser realizada mediante autorização prévia dos partícipes, formalizada por instrumento específico.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO E DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. Deverão ser observadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei n.º 13.709/2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

13.2. O tratamento de dados pessoais pelos partícipes será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto ajustado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

13.3. Será tratada como confidencial e sigilosa toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível sobre as atividades da Ebserh e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao ACT, a que diretamente ou pelos seus empregados, o Membro Gestor venha a ter acesso, conhecimento ou que lhe seja confiada durante e em razão das atuações de execução do presente ACT.

13.4. A confidencialidade implica a obrigação de não divulgar ou repassar informações e conhecimentos a terceiros não envolvidos na parceria, sem autorização expressa, por escrito, dos seus detentores, na forma da legislação vigente.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO

14.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica será extinto:

14.1.1. Por advento do termo final, caso os partícipes não tenham, até então, firmado aditivo para sua prorrogação;

14.1.2. Por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 dias;

14.1.3. Por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado;

14.1.4. Por rescisão.

Subcláusula primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos partícipes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

15.1. O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, nas seguintes situações:

15.1.1. quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do ACT;

15.1.2. quando houver a quebra do sigilo e/ou confidencialidade das informações confidenciais;

15.1.3. na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

15.2. O partícipe que se julgar prejudicado deverá notificar o outro partícipe para que apresente esclarecimentos no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

15.3. Prestados os esclarecimentos, os partícipes deverão, por mútuo consenso, decidir pela rescisão ou manutenção do ACT.

15.4. Decorrido o prazo para esclarecimento, caso não haja resposta, o ACT será rescindido de pleno direito, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais.

15.5. Se a inadimplência de qualquer cláusula ou condição deste ACT causar prejuízo, a parte infratora indenizará os danos comprovadamente sofridos pela outra parte.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Ficam os partícipes responsáveis por exercer a fiscalização da execução do objeto deste ACT, sendo a Ebserh representado pela Diretoria de Tecnologia da Informação e o Membro Gestor por seu representante legal, os quais designarão servidores responsáveis para tanto.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

17.1. Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 60 dias após o encerramento da vigência.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. A Ebserh providenciará a publicação do extrato do ACT no Diário Oficial da União e no Portal da Ebserh, neste último caso juntamente com a via assinada do ACT.

18.2. Os PARTÍCIPIES deverão publicar o Acordo de Cooperação Técnica na página do sítio oficial da Administração Pública na internet.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA INTERPRETAÇÃO

19.1. A interpretação das cláusulas do presente instrumento deve levar em consideração as negociações prévias a sua formulação, observar a boa-fé objetiva e se orientar pelas práticas que vierem a ser alinhadas entre as Partes na execução deste Acordo.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve estar à execução integral do objeto, sem prejuízo do estabelecimento posterior de outras regras de integração posteriormente, nos termos do art. 113 parágrafo 2º, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

21.1. As controvérsias decorrentes da execução do presente ACT e dos instrumentos específicos dele decorrentes que não possam ser dirimidas diretamente e nem administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília, renunciando os partícipes a qualquer outro.

21.2. Estabelece-se a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a possibilidade de participação da Consultoria Jurídica, órgão encarregado de assessoramento jurídico da Ebserh, mediante solicitação dos interessados.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente ACT é assinado eletronicamente pelas partes.

(assinado eletronicamente)

XXXXXX

Presidente da EBSEH

(assinado eletronicamente)

XXXXXX

Presidente da Rede XXXXXXXX

(assinado eletronicamente)

GILIATE CARDOSO COELHO NETO

Diretor de Tecnologia da Informação da EBSEH

PLANO DE TRABALHO DO ACT

1 – DADOS CADASTRAIS

PARTÍCIPE 1	
Nome	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
CNPJ	15.126.437/0001-43
Endereço	Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 1° ao 3° andares
Cidade	Brasília
Estado	DF
CEP	70308-200
Telefone	61 3255-8900
Esfera Administrativa	Federal
Nome do responsável 1	Arthur Chioro
Cargo/função	Presidente
Nome do responsável 2	Giliate Cardoso Coelho Neto
Cargo/função	Diretor de Tecnologia da Informação

PARTÍCIPE 2	
Nome	
CNPJ	
Endereço	
Cidade	
Estado	
CEP	
Telefone	
Esfera Administrativa	
Nome do responsável 1	
Cargo/Função	
Nome do responsável 2	
Cargo/função	

2 – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Constitui objeto do presente Plano de Trabalho a parceria voluntária em regime de mútua cooperação, sem transferência de recursos financeiros, com o objetivo de possibilitar a participação da XXXXXXX na Comunidade do AGHU, como Membro Gestor, nos termos do Edital de Chamamento Público 02/2024 e do Acordo de Cooperação Técnica XX/XXXX.

3 – JUSTIFICATIVA

O Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU) é um sistema de gestão hospitalar com foco no paciente, adotado como padrão para todos os Hospitais Universitários Federais da Rede Ebserh.

O desenvolvimento do AGHU iniciou em 2009, como parte integrante do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), do Ministério da Educação (MEC), destinado à reestruturação e revitalização dos hospitais das universidades federais.

O objetivo do AGHU é apoiar a padronização das práticas assistenciais e administrativas dos hospitais universitários e permitir a criação de indicadores nacionais, o que facilita a execução de programas de melhorias comuns para todos esses hospitais.

Em 2023, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2023 entre o Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ebserh, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), que tem como objetivo “Apoiar a disseminação do AGHU em hospitais ou serviços especializados do SUS vinculados ao Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde”.

Na condição de maior Rede de hospitais federais públicos do país, a Ebserh, especialmente a Diretoria de Tecnologia da Informação, tem sido constantemente buscada por outras instituições que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS) para disponibilização e uso do AGHU em unidades de saúde nas esferas municipais, estaduais e federais.

Nesse sentido, torna-se oportuno estabelecer um modelo de desenvolvimento colaborativo para aprimoramento dos processos operacionais e gerenciais do AGHU, por meio da contribuição voluntária de hospitais da Rede Ebserh e de outras instituições de saúde pertencentes ao Sistema Único de Saúde (SUS).

4 – OBJETIVO

O objetivo geral deste Plano de Trabalho é viabilizar a participação da XXXXXXX na Comunidade do AGHU, como Membro Gestor, nos termos do Edital de Chamamento Público 02/2024 e do Acordo de Cooperação Técnica XX/XXXX, especificamente no auxílio mútuo para:

- Estudo para configuração de infraestrutura do AGHU em ambiente híbrido (local e nuvem) para garantir a disponibilidade da solução;
- Capacitação de integradores para auxílio no processo de *hands-on* e suporte dos potenciais clientes; e
- Avaliação de possíveis integrações do AGHU com soluções de governo operadas pela Dataprev.

5 – METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

A metodologia de intervenção será estruturada em fases, com a definição de macroatividades e responsáveis, conforme apresentado a seguir.

Fase	Macroatividade	Responsável
Planejamento e preparação	Designar equipe técnica	Ebserh e XXXX
	Disponibilizar acesso aos arquivos do AGHU	Ebserh

Instalação Implantação	Realizar estudo para configuração de infraestrutura do AGHU em ambiente híbrido (local e nuvem)	XXXXXX
	Preparar infraestrutura para o ambiente do AGHU	XXXXXX
	Instalar e parametrizar o AGHU	XXXXXX
	Homologar a versão do AGHU provisionada	Ebserh e XXXXXX
Capacitação	Capacitar integradores para utilização do AGHU	Ebserh e XXXXXX
Desenvolvimento colaborativo	Disponibilizar novas versões do AGHU	Ebserh
	Atualizar o ambiente do AGHU	XXXXXX
	Desenvolver Sistemas/Serviços Complementares ao AGHU	XXXXXX
	Disponibilizar Sistemas/Serviços Complementares ao AGHU na Vitrine Tecnológica	XXXXXX
	Prover suporte aos Sistemas/Serviços Complementares para outros membros da Comunidade AGHU	XXXXXX
Avaliação e melhoria contínua	Propor melhorias ao Núcleo do AGHU	XXXXXX
	Desenvolver melhorias no Núcleo do AGHU	Ebserh e XXXXXX

A atividade de estudo para configuração de infraestrutura do AGHU em ambiente híbrido (local e nuvem) será feita pela Dataprev e é premissa para as demais atividades previstas no plano de trabalho, pois balizará a estratégia de implantação nos potenciais clientes desta versão do AGHU.

As fases da metodologia apresentada não são rigorosas. A estrutura apresenta as dependências mais importantes e mais frequentes em projetos com natureza similar. O processo pode variar de acordo com as particularidades de cada projeto, baseado nos resultados obtidos na execução de cada fase.

6 – UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

[Preencher com dados da Instituição requerente, bem como do Membro Gestor]

7 – RESULTADO ESPERADO

Informatização de hospitais e unidades especializadas do SUS, através da Disseminação do AGHU por meio da consolidação da Comunidade do AGHU.

8 – PLANO DE AÇÃO

Os prazos se referem à data de assinatura do ACT.

Ação	Responsável	Prazo (em dias)
------	-------------	-----------------

Disponibilizar acesso aos arquivos do AGHU	Ebserh	05
Realizar estudo para configuração de infraestrutura do AGHU em ambiente híbrido (local e nuvem)	XXXXXX	180
Preparar infraestrutura para o ambiente do AGHU	XXXXXX	90
Instalar e parametrizar o AGHU	XXXXXX	90
Capacitar integradores para utilização do AGHU	Ebserh e XXXXXX	180
Prover suporte aos usuários do AGHU	XXXXXX	Contínuo
Disponibilizar novas versões do AGHU	Ebserh	Contínuo
Atualizar o ambiente do AGHU	XXXXXX	Contínuo
Desenvolver Sistemas/Serviços Complementares ao AGHU	XXXXXX	Contínuo
Disponibilizar Sistemas/Serviços Complementares ao AGHU na Vitrine Tecnológica	XXXXXX	Contínuo
Prover suporte aos Sistemas/Serviços Complementares para outros membros da Comunidade AGHU	XXXXXX	Contínuo
Propor melhorias ao Núcleo do AGHU	XXXXXX	Contínuo
Desenvolver melhorias no Núcleo do AGHU	Ebserh e XXXXXX	Contínuo

Arthur Chioro Presidente Ebserh	Nome do responsável 1 Cargo do responsável 1
Giliate Cardoso Coelho Neto Diretor de Tecnologia da Informação da Ebserh	Nome do responsável 2 Cargo do responsável 2